

Carta moderniza um país de política e economia frágeis

Sarney cumpre promessa de Tancredo e, em mensagem enviada em junho de 1985, propõe a constituinte — que pretendeu reduzir mandato presidencial, teve protagonismo do Centrão e flertou com parlamentarismo, mas consolidou Estado de Direito

» FABIO GRECCHI

Em 28 de junho de 1985, quase 40 anos atrás, na Mensagem nº 330 encaminhada pelo presidente José Sarney com a proposta da Assembleia Nacional Constituinte, nascia o embrião da Constituição que consolidou a democracia no Brasil. Em 5 de outubro de 1988, a Carta é entregue e, perto de completar quatro décadas, ainda é considerada pelos estudiosos uma das mais modernas do planeta. Entre os temas que antecipou, em uma época na qual tais assuntos não eram uma preocupação debatida pela sociedade, estão a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente. Além disso, seus artigos não dão margem à dupla interpretação sobre as premissas do Estado Democrático de Direito — uma barreira às tentativas de retorno ao autoritarismo.

Esta nova série do **Correio**, *Da redemocratização à Constituição*, dá prosseguimento às reportagens sobre os 40 anos da volta do Brasil ao Estado Democrático de Direito, a partir da chegada de Tancredo Neves à Presidência da República — cujo mandato foi completado por Sarney.

A 5ª Assembleia Nacional Constituinte é instalada em 1º de fevereiro de 1987, um domingo, em uma sessão do Congresso comandada pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Carlos Moreira Alves. Conforme verbete do *Atlas Histórico do Brasil*, “composta por 559 constituintes, a ANC foi convocada em meio ao processo de transição democrática do país, sendo parte de um compromisso assumido pelas forças políticas que chegaram ao poder em 1985”.

A nova Carta, porém, não foi elaborada sob um ambiente pacificado. O governo Sarney enfrentava severas turbulências, cujas origens estavam na economia. Assim que a ANC passou a funcionar, horas depois o empresariado sentiu-se à vontade para ignorar o tabelamento dos produtos. As prateleiras dos mercados, até então cheias de espaços vazios, voltaram a ficar abarrotadas. Embora à época se percebesse a amarração precária dos planos Cruzado 1 e 2, fica evidente, também, que o governo não tinha criado as condições políticas para reduzir o impacto de sabotagens de setores da economia.

A seara econômica influenciava na questão política — e essa combinação minava a autoridade de Sarney para governar. O presidente sabia que havia um trabalho incessante, e de pessoas em sua órbita, para que se mantivesse permanentemente na defensiva. E identificava no PMDB a origem dessa força contrária.

Uma das discussões em paralelo aos trabalhos da Constituinte foi a redução do mandato presidencial, que tinha direito a seis anos. A ideia era cassar dois anos de Sarney e, em 1988, haver eleições presidenciais diretas. Uma das pessoas que o aconselhou a não aceitar nenhuma espécie de supressão que antecipasse o fim do governo foi o ex-presidente Ernesto Geisel: avisou-o de que se tornaria um morto-vivo envergando a faixa presidencial.

Os partidos da já quase finada

Aliança Democrática não faziam qualquer esforço para enterrar a ideia da redução do mandato. Se o PFL jogava parado e não se definia, o PMDB, por sua vez, acelerava e tentava fazer encorpar um movimento batizado de “Diretas Logo” — cuja liderança estava a cargo do senador Fernando Henrique Cardoso (SP) e dos deputados Mário Covas (SP) e Luiz Henrique da Silveira (SC). A ideia, porém, naufraga em um comício em Cuiabá, que com muito esforço reuniu aproximadamente 1,5 mil pessoas.

A inflação empurra Sarney para o jogo defensivo. Em abril de 1987, chega a exorbitantes 20,96%. Cinco dias depois de completar 57 anos de idade, o presidente dá posse ao seu terceiro ministro da Fazenda: Luiz Carlos Bresser Pereira — sugestão do onipresente Ulysses Guimarães. Sarney, inicialmente, tinha pensado em Tasso Jereissati para tocar a economia — um grande empresário, que conhecia bem a linguagem da economia e sabia vertê-la para a política. Mas o cardal peemedebista sacou do bolso do colete o tecnocrata, até então secretário de Ciência e Tecnologia do governo de Orestes Quércia, em São Paulo.

Inflação descontrolada, apoio político incerto... Falta a Sarney apenas um escândalo de corrupção para abalar mais o governo. Não falta mais: vem à tona o jogo de cartas marcadas na concorrência da Ferrovia Norte-Sul, investimento orçado, à época, em US\$ 2,5 bilhões. A linha ligaria o Porto de Itaquí, em São Luís, a Brasília, e seria o principal corredor de escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste. Denúncia publicada na imprensa expõe que os vencedores das obras dos 18 trechos da ferrovia estavam previamente acertados.

Quantos anos?

Esse elemento a mais de pressão levou o presidente a se pronunciar, depois de consultas a pessoas próximas, sobre a redução do próprio mandato, de seis para cinco anos. Em 18 de maio de 1987, em cadeia de rádio e de tevê, anuncia: “Convoquei os partidos para, conjuntamente, examinarmos o assunto, fora dos interesses pessoais de candidaturas, de grupos; de facções e de ambições, vendo o problema unicamente em função do interesse nacional. Há cinco meses espero uma definição. (...) Contudo, cheguei à conclusão de que a Nação não pode ficar imobilizada na perplexidade desse debate. Porque acima da Aliança Democrática, acima dos partidos, está o interesse do Brasil, que eu jurei defender. Tancredo Neves e eu, ao sermos eleitos, não fugimos à regra. Nós fomos eleitos para um mandato de seis anos. Portanto, o meu mandato é de seis anos. A indefinição que se procurou criar, e que vem se arrastando, não deve e não pode perdurar, sob pena de graves prejuízos para o país. (...) Desejo comunicar a todas as brasileiras e brasileiros que abrirei mão de um ano do meu mandato e o

Arquivo Agência Brasil



Ulysses ergue o exemplar da Constituição Cidadã, como ele mesmo classificou. Mas, para que os parlamentares chegassem a tal resultado, os embates foram intensos

exercerei pelo prazo de cinco anos. E meu gesto é motivado pelo desejo de amplo entendimento. (...) Deixarei, portanto, o governo em 1990”.

“(A Constituição) foi muito aviltada pela disputa dos quatro ou cinco anos de mandato, que era o menos importante. Essa discussão desvirtuou muito a Constituinte, porque ficou focado na discussão

secundária, tomou conta da mídia, tomou conta do plenário”, lembra Jorge Bornhausen, ex-ministro de Sarney e senador constituinte, a Luiz Maklouf de Carvalho, em 1988: *segredos da Constituinte*.

Sarney percebe o abandono pelos partidos que compunham a Aliança Democrática. Para ocupar essa lacuna, articula dentro da Constituinte um grupo de

parlamentares que formaria a base do governo. Seria integrado por gente do PDS — a velha Arena que trocara de roupa para a Nova República —, do PTB — que em nada lembrava o do varguismo —, do PL, do PSC e de dissidentes do PFL e do PMDB. O bloco não era necessariamente de oposição ao Palácio do Planalto, mas de adesistas dispostos a encaminhar e votar as propostas vindas do Poder Executivo

Cronologia da Assembleia Nacional Constituinte

1987

1º de fevereiro — Instalação da Assembleia Constituinte.

2 de fevereiro — Eleição do presidente da Constituinte. Decide-se que não haveria anteprojeto (como o da Comissão Afonso Arinos) e que o texto seria construído a partir das 24 subcomissões. Propostas de iniciativa popular estavam em torno de 40 mil.

27 de março — Eleição da Mesa Diretora.

27 de março a 6 de maio

— Recebimento de 11.989 sugestões apresentadas por constituintes e entidades da sociedade civil.

1º de abril — Instalação das oito comissões temáticas com 24 subcomissões.

9 de abril — Instalação da Comissão de Sistematização, cuja presidência ficou com o senador Afonso Arinos e a relatoria com o deputado Bernardo Cabral.

25 de maio — Aprovação dos 24 primeiros relatórios parciais das subcomissões.

28 de maio — Comissões temáticas passam a debater os 24 relatórios das subcomissões.

12 de junho — Aprovação dos relatórios e dos anteprojetos de cada título da Constituição.

15 de junho — Relatórios aprovados seguem para a Comissão de Sistematização.

16 de junho — Lançamento da campanha nacional de apoio às emendas populares.

26 de junho — Bernardo Cabral entrega o primeiro anteprojeto da Constituição.

15 de julho a 13 de agosto —

Apresentação de 20.791 emendas ao anteprojeto da Carta (122 de iniciativa popular). Início dos debates no plenário da Câmara.

23 de agosto — Fim da primeira discussão do anteprojeto de Carta no plenário e retorno à Comissão de Sistematização.

26 de agosto — Apresentação do segundo anteprojeto de Constituição, com 305 artigos.

28 de agosto a 5 de setembro — Prazo de apresentação de emendas ao

substitutivo — 14.320 são recebidas.

19 de setembro — Conclusão do segundo substitutivo, o terceiro anteprojeto da Comissão de Sistematização.

25 de setembro — Início da votação do anteprojeto na Comissão de Sistematização, dos substitutivos do relator e das emendas parlamentares.

27 de setembro — Reunião da Mesa e das lideranças partidárias altera calendário da Constituinte. Dá prazo de 30 de novembro para votação na Comissão de Sistematização.